

## **INTERDEPENDÊNCIA E DILEMA DOS COMUNS: ELEMENTOS CONCEITUAIS NA EXPLICAÇÃO DO INTERESSE COLETIVO NO SISTEMA INTERNACIONAL.**

Daniel Rocha de Abreu Salomé, Paula Regina de Jesus Pincetta Pavarina. – Inter-áreas – Relações Internacionais – Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

O período de crise do entre guerras e a eclosão da Segunda Guerra Mundial marcam uma fase de declínio do idealismo nas relações internacionais. Nas conferências de Bretton Woods inaugurou-se um novo arranjo institucional para o Sistema Internacional espelhado fundamentalmente nas instituições criadas naquele momento, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e Fundo Monetário Internacional. Inicialmente essa arquitetura objetivava manter o equilíbrio nos balanços de pagamentos e nos sistemas cambiais dos países membros para não prejudicar a expansão do comércio e dos fluxos de capitais internacionais, para tanto, procurava-se eliminar as restrições cambiais e concedia-se recursos para evitar qualquer desequilíbrio, garantindo a circulação das principais moedas e organizando um sistema econômico internacional pautado na relação dólar/ouro que durou até meados da década de sessenta. Neste período, a concepção realista desse sistema, pautada em uma visão não integrada e conflitiva das relações interestatais, na qual cada Estado defende seus interesses definidos em termos de poder, através do uso ou da ameaça de uso da força bruta, sendo o sistema internacional caracterizado pelo estado de natureza hobbesiano – a guerra de todos contra todos – no qual somente as estruturas políticas mais fortes são capazes de prevalecer e sustentar sua hegemonia, mostrou-se dominante, entretanto, com o passar dos anos novas dimensões das relações interestatais tomaram forma e permitiram que a corrente idealista se inserisse novamente no debate, porém com uma postura e um instrumental teórico diferente daqueles utilizados no passado. Fundamentalmente, essa reinserção se deu quando a teoria realista mostrou-se insuficiente para explicar determinados processos relacionados ao surgimento de novos atores no cenário internacional cujas demandas e ações escapavam a suas prerrogativas. Neste momento, surgiu uma agenda de pesquisa fundamentada em fatores não necessariamente vinculados ao uso da força militar que poderiam interferir na política internacional. (CASTRO, 2001, p. 14 et seq)

Assim, na década de 70, Joseph Nye e Robert Keohane invocam o conceito de interdependência como instrumento analítico das relações internacionais e o entendem interdependência como dependência mútua, o que no mundo da política internacional se refere a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou atores em diferentes países. Eles ressaltam que esses efeitos ocorrem em função de fluxos de dinheiro, bens, pessoas, e idéias através das fronteiras dos Estados, e tem a potencialidade de serem utilizados como fontes de poder, especialmente quando a assimetria entre os países é evidente. Essa perspectiva ultrapassou, não sem turbulências, as décadas de 80 e 90 e ainda hoje é um recurso analítico importante das relações internacionais. (KEOHANE, 2001, p. 7-8)

Diversos eventos podem ser colocados dentro dessa abordagem, a começar pela própria arquitetura de Bretton Woods que, ligada à criação da Organização das Nações Unidas e do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, acabou conduzindo o sistema internacional a uma situação econômico-financeira na qual desequilíbrios em um país, especialmente nos de maior desenvolvimento, tinham a potencialidade de se espalhar afetando o desempenho de outras economias. Isso ficou patente nas décadas de 80 com as crises das dívidas externas, e 90 com as crises da Rússia, do Japão, e dos Países Asiáticos que varreram o mundo e provocaram graves desequilíbrios. Além das questões econômicas, a crescente preocupação com o meio ambiente é outro fator indiscutivelmente interdependente e de difícil solução. Em 1972 seria realizada na cidade de Estocolmo a primeira conferência mundial sobre o meio ambiente na qual já se chamava a atenção para os impactos do desenvolvimento insustentável. Vinte anos mais tarde, a Eco 92 no Rio de Janeiro chamaria mais uma vez a atenção para os graves problemas ambientais globais que se apresentam em duas dimensões. Em uma delas os problemas se referem à extração predatória dos recursos naturais, hoje em muitos casos reconhecidamente compartilhados. Na outra, as questões orbitam em torno da dissipação dos poluentes emitidos que afetam a atmosfera como um todo, como demonstra o aquecimento global. No final da década de 90, com o Protocolo de Kyoto, perpetrou-se uma ambiciosa tentativa de controlar a emissão de gases estufa distribuindo seu ônus de acordo com o volume emitido por cada país signatário além do estabelecimento de metas de redução e de um

mercado de carbono. Porém, a falta de convergência de interesses para dirimir estes problemas ficou evidenciada nos impasses com os Estados Unidos na adoção do Protocolo.

Há um número muito grande de questões que na política mundial contemporânea extrapolam a dimensão das fronteiras dos Estados e da interdependência e se inserem em uma dinâmica diferenciada, caracterizada pelo dilema dos comuns. O dilema dos comuns se configura, antes de tudo, como um problema para o qual não há solução técnica, ou seja, a perspectiva de que avanços tecnológicos gerem processos economicamente viáveis que suplantem a dificuldade em questão é muito remota. (HARDIN, 1968, on line) Em geral, ele se apresenta como uma situação de conflito que envolve um interesse coletivo e numerosos interesses individuais. A perseguição destes últimos, em uma perspectiva de curto prazo, pode converter-se rapidamente em efeitos negativos sobre um ambiente comum limitado, enquanto o acúmulo dessas pequenas contribuições pode levar a uma deterioração coletiva alarmante. (VLEK, 2003, p. 223-224) Sendo assim, essa categoria de questões exige soluções de outra natureza, que eventualmente possam englobar a dimensão tecnológica mas que ultrapassem-na em direção à esfera dos valores, das idéias e da moral. (HARDIN, 1968, on line) Neste sentido, os estudos desses dilemas apontam para rotas em vias de colisão tanto do ponto de vista das possíveis soluções quanto das abordagens.

Por outro lado, o Dilema dos Comuns envolve, nos dias de hoje, o compartilhamento de recursos e espaços rígidos e fluidos. Isto implica primeiramente na constatação de uma mudança na forma como se enxerga o espaço, e posteriormente, na sua ampliação ou transição de dimensões rígidas para fluídas como a economia, as informações (internet e as redes), e o próprio fluxo migratório, progressão esta que seria inconcebível sem os avanços tecnológicos deste último século, especialmente nas áreas de telecomunicações, transportes e informática. É essa transição que em um primeiro momento assume a forma de interdependência e posteriormente, passa a forma de dilema dos comuns, ocupando uma dimensão que já não é mais rígida e tampouco exclusiva.

Por fim, ao nível da política internacional, a questão aparece como um contraste permanente entre um risco coletivo e um conjunto de interesses pontuais e individuais cuja saída, minimização de riscos e maximização de benefícios, são metas incompatíveis que exigem uma solução de compromisso em longo prazo. (VLEK, 2003, p. 224)

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo salientar como a interdependência tornou-se um elemento estrutural do sistema internacional cujo aprofundamento conduz a situações de dilema dos comuns e de que forma os interesses coletivos são definidos e se articulam na conformação de uma solução de compromisso em longo prazo, tendo em vista as assimetrias entre os atores envolvidos. Para tanto, pretende-se, através de pesquisa bibliográfica, explicitar ambos conceitos anteriormente referidos, tornando clara sua relação, e buscar exemplos cuja análise permita identificar as duas características acima mencionadas e relacioná-las, demonstrando a tendência estrutural do fator interdependência no cenário internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Marcos F de. De Westphalia a Seattle: A teoria das Relações Internacionais em transição. **Cadernos do REL**, Brasília, nº 20, 2001.

HARDIN, Garrett. **The tragedy of the commons**. 1968 [on line]. Disponível em: <<http://dieoff.org/page95.htm>>. Acesso em 23 ago. 2006.

KEOHANE, Robert O. NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. 3. ed. New York: Longman, 2001.

KEOHANE, Robert O. NYE, Joseph S. Realism and complex interdependence. In: KAUPPI, Mark V. VIOTTI, Paul R. **International relations theory: Realism, Pluralism, Globalism, and beyond**. 3. ed. Boston: Longman, 1998.

MESSARI, Nilzar. NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SOUZA, Ana Luisa F. de. **Evolução Silenciosa: a ascensão do ambientalismo no cenário internacional**. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

VLEK, Charles. Globalização, dilemas dos comuns e qualidade de vida sustentável: do que precisamos, o que podemos fazer, o que podemos conseguir? **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 2, p 221–234, 2003. Disponível em:  
<<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/261/26180204.pdf#search=%22charles%20vlek%22>>. Acesso em: 4 set. 2006.